

Movimentos sociais, frames e cognição: uma revisão crítica

Teun A. van Dijk¹

Tradução: Leonardo Mozdzenski² (Coord.), Adriano Dias de Andrade³ e Laura Jorge Nogueira Cavalcanti⁴

Tradução do texto original “Social movements, frames and cognition: a critical review”.

Nota sobre a tradução: Artigo inédito, ainda não publicado em inglês. Durante a escrita deste trabalho, Teun A. van Dijk era Professor Visitante do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Resumo: Como parte de uma série de revisões críticas nas pesquisas acerca dos frames em estudos sobre movimentos sociais, este artigo examina os aspectos cognitivos dos movimentos sociais. Após um breve resumo sobre alguns conceitos da teoria cognitiva, apresentando noções como modelos mentais, conhecimento socialmente partilhado, atitudes e ideologias, os aspectos cognitivos de alguns estudos sobre *frames* de movimentos sociais serão criticamente revisados. Primeiramente, estabelece-se que, embora tenha sido escolhida uma perspectiva cognitiva na definição de *frames* como “enquadres interpretativos” – como em Goffman (1974) –, não será desenvolvida aqui nenhuma definição ou elaboração mais aprofundada sobre a natureza cognitiva, as estruturas e funções desses *frames*. O que será mostrado é que sempre que os *frames* são usados para descrever ou explicar formas de cognição, na verdade, outras noções estão sendo referidas, tais como objetivos, valores e ideologias e, dessa forma estão sendo obscurecidas. Mais

¹ Professor de Estudos do Discurso na Universidade de Amsterdã até sua aposentadoria, em 2004. Desde 1999, professor de Estudos do Discurso na Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona. Endereço eletrônico: vandijk@discourses.org.

² Doutor em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco e, atualmente, doutorando em Comunicação pela mesma instituição. Endereço eletrônico: leo_moz@yahoo.com.br.

³ Doutor em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco, revisor de textos da Editora da UFPE e professor do Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP, DeVry Brasil. Endereço eletrônico: adriano@edufpe.com.br.

⁴ Doutoranda Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco e professora da Escola Estadual Manoel Borba. Endereço eletrônico: laura.jnc@gmail.com.



especificamente, este trabalho se concentra em alguns estudos sobre movimentos sociais que abordam ideologias e conclui que essas pesquisas são influenciadas apenas tangencialmente por estudos sobre ideologia em outras áreas. Isso repercute especialmente no caso de estudos acerca da estrutura e das funções do conhecimento dos movimentos sociais – uma perspectiva praticamente ignorada nos estudos de frames de movimentos sociais e apenas marginalmente tratada dentro de uma sociologia do conhecimento dos movimentos sociais. Em resumo, o estudo dos aspectos cognitivos dos movimentos sociais ainda está na sua infância, e os estudos de *frames* quase não contribuem para essa abordagem.

Palavras-chave: Movimentos sociais. *Frames*. Enquadramento. Cognição. Modelos mentais. Interpretação. Atitudes. Ideologias, Valores. Objetivos.

Resumen: Como parte de una serie de revisiones críticas en las investigaciones acerca de los frames en estudios acerca de movimientos sociales, este artículo examino los aspectos cognitivos de los movimientos sociales. Después de un breve resumen acerca de algunos conceptos de la teoría cognitiva, presentando nociones como modelos mentales, conocimiento socialmente compartido, actitudes e ideologías, los aspectos cognitivos de algunos estudios sobre frames de movimientos sociales serán críticamente revisados. Primero, se establece que, aunque haya sido elegida una perspectiva cognitiva en la definición de frames, como “encuadres interpretativos” – como en Goffman (1974) –, no será desarrollada aquí ninguna definición o elaboración más profundada acerca de la naturaleza cognitiva, las estructuras y funciones de esos frames. Lo que se mostrará es que siempre que los frames son usados para describir o explicar formas de cognición, en la realidad, otras nociones están siendo referidas, tales como objetivos, valores e ideologías, y, de esa manera, están siendo obscurecidas. Más específicamente, este trabajo se concentra en algunos estudios sobre movimientos sociales que abordan ideologías y concluye que esas investigaciones son influenciadas apenas tangencialmente por los estudios sobre ideología en otras áreas. Eso repercute especialmente en el caso de los estudios acerca de la estructura y de las funciones del conocimiento de los movimientos sociales – una perspectiva prácticamente ignorada en los estudios de frames de movimientos sociales. En resumen, el estudio de los aspectos cognitivos de movimientos sociales aún está en su infancia, y los estudios de frames casi no contribuyen para ese abordaje.

Palabras clave: Movimientos sociales. *Frames*. Encuadramiento. Cognición. Modelos mentales. Interpretación. Actitudes. Ideologías, Valores. Objetivos.

Abstract: As part of a series of general critical reviews of framing research in social movement studies, this article examines the cognitive aspects of social movements. After a brief summary of some aspects of cognitive theory, introducing such notions as mental models, socially shared knowledge, attitudes and ideologies, the cognitive aspects of some SM framing studies are critically reviewed. First of all, it is established that although a cognitive perspective is chosen when frames are defined, as in Goffman (1974), as “interpretive frameworks” no further definition or elaboration is provided about the cognitive nature, structures and functions of such

frames. It is further shown that wherever frames are being used to describe or explain forms of cognition, actually other notions are being used, such as goals, values, and ideologies, and thus are being glossed over. More specifically the article focuses on the few SM studies dealing with ideologies and concludes that also these studies are only marginally influenced by ideology studies in other disciplines. This is even more so the case for the study of the structures and functions of knowledge for social movements, an approach virtually ignored in SM framing studies – and only marginally dealt with in a sociology of knowledge of social movements. In sum, the study of the cognitive aspects of social movements is still in its infancy, and framing studies hardly contribute to such an approach.

Keywords: Social movements. Frames. Framing. Cognition. Mental models. Interpretation. Attitudes. Ideologies. Values. Goals.

Introdução

A análise de *frames* na pesquisa sobre Movimentos Sociais (doravante, MS) – originalmente inspirada por Erving Goffman (1974) –, definiu ambigualmente os *frames* em termos de “enquadres interpretativos”, isto é, em termos cognitivos, mas os seus estudos empíricos geralmente tratavam de *frames* discursivos. Após as precedentes revisões críticas sobre as teorias e métodos usados nos estudos de *frames* na sociologia de MS (VAN DIJK, 2017a), bem como, especificamente, sobre as abordagens analíticas do discurso (VAN DIJK, 2017b), este artigo completa a revisão crítica, examinando os aspectos cognitivos de *frames*, conforme propostos na pesquisa sobre MS.

Essa revisão dos aspectos cognitivos do *frame* é relevante uma vez que, não apenas em Goffman (1974), mas também em muitas pesquisas sociológicas posteriores, são feitas repetidas referências a noções cognitivas, tais como quadres interpretativos, atitudes, ideologias, objetivos, normas e valores, e outros conceitos relacionados. Com efeito, as pesquisas que adotam um *frame* sociológico passaram a

criticar as perspectivas anteriores sobre os MS por ignorarem o fato de que os descontentamentos não são causados pela realidade social ou por fatos políticos, mas pela *interpretação* desses fatos pelos atores sociais. Nesse sentido, a virada cultural na pesquisa sobre os MS introduziu os *frames* precisamente numa perspectiva socioconstrutivista.

Ainda que essa orientação cognitiva como base para a mobilização seja psicologicamente consistente – as pessoas só podem agir a partir das suas experiências interpretadas, ou seja, segundo seu conhecimento, suas opiniões e suas crenças – é surpreendente que, ao contrário do que ocorreu em outras disciplinas, essa perspectiva cognitiva quase não tenha sido desenvolvida.

Como demonstrarei mais detalhadamente a seguir, primeiramente, praticamente nenhum estudo sobre *frames* ou sobre enquadramento apresenta uma descrição detalhada das próprias estruturas cognitivas dos *frames*, definidos como enquadres interpretativos – de modo que, tanto teórica quanto metodologicamente, os *frames* permanecem uma noção muito confusa.

Em segundo lugar, os avanços teóricos acerca dos *frames* e de outras noções relacionadas nas ciências cognitivas – especialmente na psicologia cognitiva e social, na antropologia cognitiva, na linguística cognitiva e na Inteligência Artificial – mal têm sido reconhecidas e usadas nas pesquisas sobre os *frames* dos MS. Até mesmo noções que são cruciais no estudo dos movimentos sociais, tais como objetivos e ideologias, têm sido definidas apenas tangencialmente. Além disso, outras noções teóricas existentes desde os anos 1980, necessárias para

definir as experiências pessoais e, portanto, as insatisfações de atores sociais individuais – tais como modelos mentais –, têm sido, até hoje, geralmente ignoradas na sociologia dos *frames*.

Portanto, de modo mais geral, apesar da grande relevância empírica e teórica da cognição como base para as práticas sociais, para a mobilização, para o protesto e para a ação coletiva, bem como para muitos tipos de movimentos discursivos, uma teoria e uma análise cognitivas sistemáticas dos movimentos sociais ainda permanecem na agenda.

Além de revisar os estudos sobre MS que possuem alguma dimensão cognitiva – por exemplo, definindo *frames* e ideologias –, este artigo também apresenta um arcabouço teórico mais amplo, que oferece critérios para uma revisão crítica desses estudos, assim como uma base para estudos posteriores.

Essa revisão não trata dos aspectos sociopsicológicos dos movimentos sociais (KLANDERMANS & ROGGEBAND, 2007), como por exemplo, a identidade social, que também pode e deve ser discutida em termos de cognição social e constitui um vasto campo de pesquisa (ABRAMS & HOGG, 1999), mas cuja relevância para o estudo dos movimentos sociais deve ser vista separadamente (ver EYERMAN & JAMISON, 1991). Neste artigo, enfocamos as pesquisas sobre os aspectos cognitivos dos movimentos sociais que se referem a *frames* e aos processos de enquadramento.

Uma breve história da cognição

Mais de meio século de ciência cognitiva não pode obviamente ser resumido em uma única seção de um artigo. Portanto, iremos apresentar apenas brevemente algumas noções cognitivas usadas mais adiante neste trabalho (para uma introdução geral e referências sobre ciência cognitiva, ver BECHTEL & GRAHAM, 1999).

Em primeiro lugar, os conceitos cognitivos são tradicionalmente associados à mente e à memória, embora hoje em dia sejam também definidos em termos neuropsicológicos, os quais, no entanto, não serão abordados neste trabalho. Tratamos aqui, pois, de processos mentais e representações na memória, e também fazemos a distinção entre Memória de Curto Prazo (MCP), ou antes, Memória de Trabalho (MT), por um lado, e Memória de Longo Prazo (MLP), por outro. A seguir, trataremos principalmente das representações mentais em MLP. Na MT (que é bastante limitada), os efetivos processos *on-line* de compreensão e produção de discurso e de ação ocorrem com base em – e produzindo novas – informações na MLP. Por exemplo, na MT, continuamente analisamos e produzimos sons, formas e estruturas de sentido das orações e sentenças, e armazenamos o resultado, uma interpretação, na MLP (ver BADDELEY, 1986).

Hoje em dia, é geralmente admitido que esses processos de compreensão são tão complexos que devem acontecer *em paralelo*: nós, *ao mesmo tempo, em diversos níveis*, compreendemos (ou produzimos) sons, gestos, palavras, estruturas de sentenças, sentidos de sentença, categorias esquemáticas de discurso (tais como manchetes de notícias

ou conclusões de argumentações), tópicos discursivos, bem como as estruturas complexas da situação comunicativas - tempo, lugar, participantes (e suas identidades, papéis e relações) -, o ato de fala corrente (como uma promessa, por exemplo) ou outros atos sociais (como protestar), seus objetivos e também os conhecimentos e opiniões relevantes (para detalhes, ver VAN DIJK & KINTSCH, 1983). De fato, devido à capacidade limitada da MT, ainda hoje é um mistério como exatamente as pessoas conseguem executar e monitorar todas essas informações ao mesmo tempo em frações de segundos. A partir desta breve e elementar introdução, vamos agora definir brevemente alguns tipos básicos de representações mentais na MLP.

Modelos Mentais

Quando as pessoas observam ou participam de um evento, ação ou situação, elas continuamente constroem, ao mesmo tempo, uma representação mental (uma interpretação) dessa experiência na parte da MLP geralmente chamada de *Memória Episódica*, que grava todas as nossas experiências interpretadas e, por isso, é também chamada de memória autobiográfica (NEISSER & FIVUSH, 1994; TULVING, 1983). Essa representação mental é chamada de *modelo (mental)* (JOHNSON-LAIRD, 1983; VAN DIJK & KINTSCH, 1983). Esses modelos mentais são pessoais, subjetivos, e não apenas representam a estrutura hierárquica típica do evento (com parâmetros como Tempo, Lugar, Participantes, Evento/Ação, Objetivo etc.), mas possivelmente também avaliam crenças (opiniões) e, às vezes, emoções (raiva, medo, felicidade, etc.).

Em outras palavras, compreender eventos é construir modelos mentais desses eventos. Os atores sociais participantes de uma manifestação ou outra ação coletiva são capazes de fazer isso porque eles, ao mesmo tempo, continuamente constroem, e certamente modificam, um modelo mental de manifestação e sua própria atividade na manifestação.

Não é apenas para a compreensão de ações sociais que construímos modelos mentais, mas também para o *planejamento e a produção/execução* dessas ações. Desse modo, um planejamento pessoal para uma ação de protesto é um modelo mental (possivelmente ainda vago, global e incompleto) dessa ação.

Curiosamente, isso também ocorre na atividade social específica chamada de *discurso* sobre essa manifestação. Compreendemos o discurso pela construção de um modelo mental de evento, ação ou situação *a que ele se refere*. E normalmente antes que comecemos a narrar, por exemplo, sobre uma experiência do passado, ativamos um modelo mental existente e expressamos isso, por exemplo, através de uma história – com variações dependendo do contexto.

Na verdade, o contexto da fala e da escrita não consiste simplesmente em uma estrutura de uma situação comunicativa, com Tempo, Lugar, Participantes (com vários papéis, identidades e relações), uma Ação Comunicativa, juntamente com os seus objetivos e o conhecimento relevante sobre o evento em curso. Como é o caso de todas as noções construtivistas, não é a situação comunicativa – em si que influencia o que as pessoas dizem e, principalmente, como elas dizem, mas sim a sua interpretação subjetiva daquela situação, ou seja,

um tipo específico de modelo mental: um *modelo de contexto* (VAN DIJK, 2008, 2009).

Assim, o discurso sobre eventos, como histórias, é baseado e controlado, ao mesmo tempo, por um modelo (“semântico”) da situação *sobre a qual se fala* e pelo modelo (“pragmático”) de contexto, garantindo que o discurso seja apropriado para a situação comunicativa em curso. Dessa maneira, esses dois tipos de modelos mentais explicam o modo como planejamos o que dizer em que situação comunicativa, e como de fato executamos esse plano, ao mesmo tempo adaptando-os continuamente às mudanças da situação de comunicação – tal como a mudança de conhecimento dos destinatários.

Elaboramos brevemente a noção de modelo mental, tendo em vista que ele desempenha um papel crucial em todas as ações e discursos. Assim, alguns aspectos da teoria de *frame*, conforme veremos adiante, devem ser definidos em termos de um modelo mental: o enquadramento da ação coletiva por atores sociais individuais envolve a construção de modelos mentais.

Conhecimento

Os atores sociais só são capazes de construir modelos mentais de ação e discurso caso possuam e utilizem um conhecimento de mundo socialmente partilhado e genérico. De fato, para participar de uma manifestação, é preciso primeiramente saber o que é uma manifestação – o que também se aplica a outros inúmeros fatos, tais como os conhecimentos acerca de outras pessoas, ruas, cidades, policiais,

trajetos, clamores e assim por diante. Assim, novos modelos mentais são construídos a partir de novas informações das experiências em curso, mas utilizando (“instanciando”) o conhecimento genérico compartilhado em uma *Comunidade Epistêmica*.

Apesar das muitas tentativas na psicologia cognitiva e na Inteligência Artificial (IA), temos, atualmente, um conhecimento apenas limitado sobre a exata estrutura interna e a organização geral do conhecimento e seus elementos individuais. Provavelmente, há *relações hierárquicas*, por exemplo, entre o conceito de MANIFESTAÇÃO e o de AÇÃO DE PROTESTO, uma vez que a manifestação é um tipo de ação de protesto (assim como um carro é um tipo de veículo). Ou, de outro modo, classificamos as coisas pela *tipicidade*: um pombo, por exemplo, é um pássaro mais típico do que um pinguim. Quanto aos itens de conhecimento acerca de atividades sociais convencionais, tais como aniversários, festas, jantares em restaurantes ou até mesmo manifestações, uma das propostas teóricas se dá em termos de *scripts*, isto é, uma estrutura de conhecimento que consiste (conforme vimos anteriormente) em Tempo, Lugar, Participantes (com várias identidades, papéis e relações), Ações e seus Objetivos. Dessa forma, para podermos participar de uma manifestação, construímos um modelo mental (pessoal) com o emprego de um *script* genérico e socialmente partilhado de manifestação.

O conhecimento é crucial e básico não apenas para toda nossa compreensão, ação e interação, mas também para *a compreensão e produção de discurso*. Em todos os níveis da fala e da escrita, ativamos e utilizamos (fragmentos de) conhecimento, por exemplo, para planejar

e compreender palavras, sentenças e textos inteiros, para fazer inferências sobre informações implícitas ou pressupostas, e também para apresentar um conhecimento, seja prévio ou novo, de muitas formas. Dessa maneira, tipicamente na língua inglesa, o conhecimento prévio já partilhado pelos destinatários tende a vir primeiro nas sentenças – e é chamado de Tópico –, enquanto a informação nova ou inesperada aparece tipicamente por último, geralmente chamada de Foco. De modo semelhante, usamos artigos definidos para referir coisas (já) conhecidas dos destinatários. Ou assinalamos em um discurso como ou de quem ou por qual meio nós obtivemos o (novo) conhecimento.

Para a análise do *frame* e, de maneira mais geral, para o estudo dos movimentos sociais, o conhecimento compartilhado socialmente não apenas define a ‘cultura’ que os participantes têm em comum, mas também é pressuposto no discurso de todas as pessoas e em outras (inter)ações sociais. Nenhuma ação coletiva é possível sem o conhecimento dos atores sociais acerca da situação social e, em particular, acerca dos aspectos da situação social que eles não apreciam ou aceitam. Assim, uma das primeiras tarefas cognitivas da análise dos MS consiste em realizar um estudo sistemático do conhecimento *específico* que os atores sociais possuem sobre a situação social e política *corrente* – uma vez que ele está baseado em um conhecimento partilhado mais genérico sobre tais situações em geral. Como veremos mais adiante, algumas das noções informais de *frame* usadas na literatura, referem-se, na verdade, a algum tipo de estruturas de conhecimento.

Enquanto os modelos mentais são subjetivos e pessoais, o conhecimento genérico socioculturalmente compartilhado é uma forma de cognição social. Distinguimos o conhecimento ‘verdadeiro’ de outras crenças de uma comunidade, empregando critérios de conhecimento, tais como a observação confiável, o discurso confiável e a inferência confiável – critérios que, a rigor, podem mudar historicamente ou variar socialmente. O que era conhecimento (e, portanto, pressuposto na ação e no discurso) na Idade Média – como a alegação de a terra ser plana –, hoje em dia é apenas uma crença falsa. Ou seja, o conhecimento é socialmente, culturalmente e historicamente relativo, mas, dentro da mesma comunidade epistêmica, o conhecimento é uma crença ‘verdadeira’ (para mais detalhes e referências, ver VAN DIJK, 2014).

Atitudes

Há outras formas de cognição social além do conhecimento. Um tipo clássico de cognição social são as atitudes tradicionalmente estudadas em psicologia social, tais como as atitudes diante da imigração, do aborto ou da pena de morte, que são estruturas de crenças a respeito de questões sociais controversas (EAGLY & CHAIKEN, 1993). Como no caso do conhecimento, ainda temos pouca informação sobre as exatas estruturas mentais dessas atitudes, a não ser no que se refere à presença de atores sociais em vários papéis (imigrantes, por exemplo), alguma ação (migrar), objetivos, etc. Mas, diferentemente das estruturas de conhecimento, as atitudes possuem

crenças avaliativas genéricas (opiniões socialmente partilhadas) baseadas em *normas* e *valores* gerais: o que é bom ou ruim sobre uma determinada questão, evento ou situação.

Da mesma forma como ativamos e utilizamos conhecimento na construção de modelos mentais de ação social, também podemos ativar e empregar (fragmentos de) atitudes. Uma manifestação contra energia nuclear obviamente só faz sentido quando os manifestantes assumem uma atitude diante da ENERGIA NUCLEAR – bem como um *script* de MANIFESTAÇÃO – em seus modelos (pessoais) de participação.

Conforme mostraremos a seguir, muitas noções informais sobre *frame* na literatura se referem, na realidade, a atitudes.

Ideologias

As atitudes geralmente são baseadas em formas mais fundamentais de cognição social: as ideologias. Assim, muitas atitudes, por exemplo, diante do aborto, da igualdade salarial ou do ‘teto de vidro’⁵, podem ser baseadas em uma ideologia feminista mais geral. Isso também é verdade para muitas outras atitudes baseadas no racismo ou no antirracismo, no socialismo ou no neoliberalismo, no pacifismo ou no militarismo. Enquanto formas de cognição social, as ideologias são adquiridas, usadas e transformadas por *grupos* de pessoas, grupos ideológicos, que podem fazer parte de uma ou mais *comunidades* de conhecimento. As ideologias apresentam as normas e os valores básicos

⁵ ‘Teto de vidro’ (*glass ceiling*, no original em inglês) é uma expressão utilizada para designar as barreiras profissionais enfrentadas pelas mulheres no ambiente de trabalho, sobretudo no que diz respeito aos obstáculos à ascensão em suas carreiras (N.T.).

partilhados pelo grupo, como por exemplo, a igualdade nas ideologias feminista, antirracista e socialista. Geralmente, as ideologias são polarizadas entre Nós (o Bem) vs. Eles (o mal), como é o caso da ideologia racista. Nesse sentido, as ideologias são como as autoimagens (positivas) fundamentais de um grupo, também representando seus interesses, bem como seus aliados e inimigos – além da identidade fundamental de quem somos (ver VAN DIJK, 1998).

Essa estrutura categórica polarizada de ideologias fundamentais pode ser empregada em estruturas de atitudes mais específicas, orientadas por determinadas questões e, através disso, na formação de modelos mentais e na base de estruturas de ação social e de discurso. Logo, em discursos ideológicos, em todos os níveis, testemunhamos a *estrutura polarizada* entre Nós (os bons) vs. Eles (os maus), por exemplo, em todos os tópicos, palavras individuais, metáforas, manchetes, argumentos ou narrações.

Mais uma vez, vale ressaltar que algumas noções de *frame* aplicadas na literatura são, na verdade, ideologias ou fragmentos de ideologias, tais como valores fundamentais. Um clássico exemplo disso na literatura sobre MS é o *frame* de JUSTIÇA, que, de fato, é um valor utilizado em muitas ideologias e suas atitudes mais específicas, como na ideologia antirracista, controlando atitudes acerca de ações afirmativas.

Possuímos agora um arcabouço teórico bastante geral para podermos discutir as noções cognitivas usadas ou implicadas na pesquisa sobre MS em geral e na pesquisa de *frames* em particular. Como foi esclarecido anteriormente, a estrutura de cognição pessoal e

social que propusemos antes não apresenta uma noção de *frame*! Com efeito, como sugerido, na literatura sobre MS, essa noção é mais usada como um rótulo vago para muitos e diferentes tipos de estrutura cognitiva (e discursiva).

Definindo *frames*

Se, assim como sugere Goffman (1974), os *frames* na pesquisa sobre MS são geralmente considerados um tipo de ‘enquadramento [*framework*] de interpretação da ação social’, concluímos que eles são vistos como um tipo de representação ou processo mental ou cognitivo, ou seja, eles são um produto da compreensão – como propusemos anteriormente com relação aos modelos mentais de eventos. Vamos explorar a seguir algumas dessas definições mais cognitivas na literatura sobre os MS.

A propósito, essas definições na literatura sobre MS são muito menos detalhadas e explícitas do que as várias noções de *frame* usadas na linguística (cognitiva), na psicologia cognitiva e na IA. Os *frames*, em geral, representam formas de conhecimento organizadas em categorias, como por exemplo, o conhecimento que temos sobre MANIFESTAÇÃO como um *conceito* ou como o *script* de um *evento social* convencional (para maiores detalhes, ver VAN DIJK, 2014, 2017a, 2017b).

Goffman

Ao referir-se a William James, Bateson, Alfred Schutz e outros fenomenologistas, o próprio Goffman orienta a ideia de *'frame'* numa direção mais cognitiva, mesmo quando suas análises são, de fato, sobre ação e interação. A relevância do seu trabalho, no entanto, reside no entendimento de que uma mesma atividade pode ser interpretada ('enquadrada') de várias maneiras, como sendo, por exemplo, algo sério, uma fantasia, uma ilusão ou uma encenação. Nós 'fazemos sentido' do mundo usando ou construindo *frames*. Mais uma vez, essa perspectiva parece bastante cognitiva, tal como ocorre em todas as formas de construtivismo social – ainda que raramente as efetivas estruturas e processos mentais sejam examinados em detalhes. Igualmente para Schutz, o que socialmente importa não é a realidade social objetiva, mas sim as nossas *experiências* dessa realidade – parte das quais (situações e eventos concretos) foi definida anteriormente como modelo mental. Outro termo frequente na sociologia fenomenológica, também com conotações cognitivas, é a *definição de situação* – que também vimos como modelo mental.

Dessa maneira, para Goffman (1974), os enquadramentos primário e secundário permitem que os usuários “localizem, percebam, identifiquem e rotulem um número aparentemente infinito de ocorrências concretas definidas em seus próprios termos” (GOFFMAN, 1974, p. 24) – uma formulação de 'produtividade' analítica e teórica que lembra a definição da gramática gerativa de Chomsky – novamente, uma noção cognitiva. Esses enquadramentos teóricos são internamente

organizados – uma organização quase não tratada por Goffman – e utilizam regras. No entanto, mais adiante em seu livro (GOFFMAN, 1974, p. 247), a sua definição de *frame* parece mover-se na direção de uma descrição da organização em si – como também ocorre em boa parte da literatura sobre os MS que revisaremos mais adiante.

Noções cognitivas encobertas pelos ‘frames’

Em seu artigo seminal a respeito do alinhamento de *frames* – iniciando a pesquisa sobre *frame* desde meados dos anos 1980 –, Snow, Rochford, Worden & Benford (1986) citam o próprio trecho de Goffman para definir os *frames*: “esquemas de interpretação [...] para localizar, perceber, identificar e rotular ocorrências”, o que é obviamente uma definição cognitiva, mesmo que o enquadramento de interpretação (o ‘*frame*’) não seja explicitado. O objetivo desses pesquisadores é relacionar as teorias predominantes sobre a mobilização de recursos nos MS com as dimensões sociais e psicológicas da ação coletiva. Assim, o alinhamento ocorre em processos de mobilização, nas “orientações interpretativas” de atores sociais, tais como interesses individuais, valores e crenças, por um lado, juntamente com atividades, objetivos e ideologias de movimentos sociais, por outro. Aqui também, essa definição de alinhamento é formulada em termos cognitivos como crenças, valores, objetivos e interesses – os quais, conforme vimos, são formas muito diferentes de representações mentais.

Desse modo, não há alinhamento de uma noção vaga de *frame*, mas alinhamento (a ser examinado) de várias representações mentais

persoais com aquelas partilhadas pelos MS, tais como modelos mentais, atitudes e ideologias. Provavelmente, em casos empíricos, encontremos aqui um alinhamento entre uma *atitude* dos MS – por exemplo, diante da ENERGIA NUCLEAR – e a(s) atitude(s) que os atores sociais, enquanto membros potenciais, já compartilham – diante, por exemplo, do meio ambiente, baseando-se numa mesma ideologia ecológica ou, pelo menos, nos mesmos valores fundamentais (como a não contaminação do meio ambiente: ‘limpeza’).

O ponto central aqui é que não é suficiente falar de um alinhamento de *frames* de modo geral e oferecer alguns exemplos (baseados, por exemplo, no discurso dos MS); antes, é necessário não só especificar quais estruturas cognitivas estão alinhadas, como também mostrar como exatamente isso ocorre. Por exemplo, precisamos detalhar como os atores sociais podem ser mobilizados em torno da construção e adaptação de sua atitude perante a energia nuclear, empregando seu conhecimento genérico sobre energia nuclear e seus perigos potenciais para o meio ambiente e a segurança da humanidade – conhecimento que eles podem adquirir a partir dos meios de comunicação de massa ou de folhetos informativos específicos dos MS –, bem como opiniões pessoais ou partilhadas a respeito da questão.

Em outras palavras, da mesma forma que um estudo sociológico deve detalhar a organização dos movimentos sociais e suas ações coletivas, também precisamos especificar o que exatamente acontece na mente das pessoas ao ‘alinharem-se’ – isto é, ao alinharem sua mente – com (as mentes dos) movimentos sociais. Os autores criticam os trabalhos estruturais anteriores sobre os MS, afirmando que esses

estudos “ignoram” muitas das maneiras concretas como os atores sociais interpretam seus descontentamentos. Infelizmente, os autores incidem no mesmo problema quando – em vez de explicitar todas as diferentes estruturas e processos cognitivos – ignoram esses aspectos através de uma noção bastante vaga de alinhamento de *frames*. Se uma explicação social e psicológica dessa mobilização é oferecida, era de se esperar uma análise detalhada do modo como as pessoas compreendem, comparam, negociam, aceitam, rejeitam, etc., as crenças, objetivos, ideologias, etc., dos movimentos sociais em comparação com os seus próprios modelos.

Operações cognitivas em *frames*

Essa mesma crítica pode ser feita quando diferentes tipos de alinhamento de *frames* são apresentados, tais como *ponte*, *amplificação* e *transformação* – todos consistindo em operações cognitivas que requerem especificações em termos de estruturas mentais que são, assim, alteradas, como objetivos, planos, atitudes ou outras crenças. Na realidade, os *exemplos* usados para ilustrar alguns desses processos de alinhamento, como a mala direta no caso da ponte, têm muito pouco a ver com operações cognitivas. Metodologicamente, com exceção dos experimentos em laboratórios, a única maneira que temos de acessar essas operações cognitivas de alinhamento é entrevistar as pessoas sobre suas motivações, razões, objetivos, etc., para fazerem parte de um movimento social. Em outro exemplo, acerca de um movimento local contra um abrigo do Exército da Salvação para homens sem-teto, as

estruturas cognitivas relevantes são *modelos mentais* parcialmente partilhados por cidadãos locais sobre o abrigo e suas possíveis consequências para as suas crianças, por um lado, e valores e ideologias possivelmente conflitantes sobre segurança e assistência social, por outro – ideias que devem ser formuladas a partir de entrevistas, grupos focais ou pela literatura disponível sobre MS.

Isso também se aplica a muitos outros estudos subsequentes a respeito do alinhamento de *frames*. Na Tabela 1, podemos ver como, em vez de *'frames'*, outras noções cognitivas estão sendo, na verdade, estudadas – cada uma requerendo estruturas de exploração teórica mais aprofundada – e, às vezes, *discursivas* (como por exemplo, narrativas), uma vez que também podemos nos alinhar discursivamente, por exemplo, através de formas de concordância.

Tabela 1. Estudos sobre alinhamento de *frames* e as noções tomadas como *frames*

Autor(es)	Ano	Tópico/Dados	Noções de 'Frame'
Berbrier	1998a	Separatistas brancos nos EUA	<i>Emoções livres de ódio, identidade coletiva</i>
Cornfield & Fletcher	1998	Mudanças na agenda legislativa da Federação Americana do Trabalho	Mudança de <i>objetivos</i>
Markovits	2009	Movimentos nacionalistas no Uzbequistão e Tajiquistão	<i>Valores</i>
Marichal	2009	Entrevistas sobre a política de diversidade em universidades dos EUA	Estruturas argumentativas, valores (social, excelência em justiça), contexto (audiência)
Ketelaars, Walgrave & Wouters	2014	Apoiadores na Bélgica, Holanda e Reino Unido: o alinhamento não é uma condição da participação	<i>Definição de problema político vs. definição de solução</i>
Coley	2015	Narrativas pessoas sobre a greve de trabalho liderada por comunistas	<i>Estruturas narrativas</i> (enredos, experiências, protagonistas etc.)
Ravishankar	2015	Prevenção de conflitos em empresas offshore da Índia	<i>Transformações de crenças, diferenças culturais</i>

Além disso, não é suficiente considerar os movimentos sociais e a ação coletiva em termos de emoções, objetivos e valores, sem uma discussão teórica detalhada desses elementos, apresentando uma análise mais profunda. Por exemplo, os *objetivos* podem ser objetivos de ações específicas de um ator social, representados na categoria Objetivo do seu modelo mental de uma manifestação, ou na categoria Objetivo de um modelo mental coletivo de uma manifestação específica. Mas pode também, mais genericamente, ser o Objetivo de uma atitude partilhada, como impedir a pena capital como parte de uma atitude maior perante a pena de morte, ou o Objetivo da igualdade de gêneros de uma ideologia feminista. Em cada caso, o Objetivo deve ser definido em termos de um estado final projetado de uma ação pessoal ou coletiva.

Isso também é verdade no que diz respeito à definição de *identidade social* de um grupo, como é o caso dos separatistas na Catalunha – utilizando perspectivas sociais e psicológicas na identidade social (ver também EYERMAN & JAMISON, 1991). Com efeito, como apontamos anteriormente, quase todas as noções usadas e obscurecidas como ‘*frames*’ já foram abordadas em muitos trabalhos teóricos e empíricos na literatura.

A estrutura de atitudes

O estudo de Benford sobre disputas de *frames* também apresenta uma caracterização simples da ala radical do movimento pela paz no Texas (BENFORD, 1993), detalhando informalmente muitos aspectos

diferentes do que o autor chama de uma “perspectiva” (e não um *frame*) e que provavelmente se assemelha mais a uma atitude radical:

De uma perspectiva radical, a ameaça nuclear foi mais um sintoma de problemas sistemáticos globais exacerbados, em grande medida, pelos EUA e sua busca por hegemonia, bem como uma manifestação gananciosa por parte de empresas de defesa, corporações multinacionais e políticos inescrupulosos. As OMSs (Organizações de Movimentos Sociais) radicais clamaram por mudanças estruturais fundamentais, tais como a redistribuição global de recursos, mudanças que, de acordo com eles, tornariam obsoletas as guerras. Dessa forma, essa ala radical identificou e articulou conexões entre vários problemas sociais – pobreza, opressão, militarização e maltrato ambiental. Finalmente, essas OMSs apoiaram o uso de táticas transgressoras (ocasionalmente chegando a empregá-las), incluindo desobediência civil e outras formas de ação direta não violenta (BENFORD, 1993, p. 681).

Note-se que essa caracterização muito útil, mas informal, apresenta atores sociais e políticos, tais como os EUA, empresas, corporações multinacionais e políticos, cada um deles acompanhado de suas avaliações baseadas em valores (gananciosos, inescrupulosos), objetivos (hegemonia), de um lado, e MS radicais e seus membros, do outro, com sua identidade (radical) específica e suas definições/focos dos problemas sociais (pobreza, etc.), suas metas (eliminar ou amenizar esses problemas) e as ações e táticas para alcançar esses objetivos. Essas complexas atitudes, organizadas por tais categorias, podem ser acessadas, como Benford o faz, através da análise de muitos discursos oficiais das MS ou pelas entrevistas com líderes ou membros. De modo ainda mais substancial, essa atitude radical sobre a Ameaça Nuclear, pode estar baseada em uma ideologia anti-hegemônica radical mais

fundamental, que também domina atitudes perante a política externa americana ou as empresas multinacionais.

Dando conta da ‘variação’ de frames

Frequentemente, os estudos sobre MS tratam de eventos concretos, como ocorre em Snow, Vliegenthart & Corrigan-Brown (2007), em um amplo estudo comparativo da cobertura midiática em vários países acerca dos Protestos Franceses de 2005. O método de análise do conteúdo foi empregado para examinar as notícias sobre esse evento em vários países. Para tanto, os autores expressaram suas observações em termos de vários ‘frames’, como por exemplo, *ideologia* (nesse caso, do governo e do jornal do país), *contexto sociopolítico* (por exemplo, desemprego no país ou distância do país), *atribuição* (quem é culpado), *tempo* (*frames* que mudam depois de um certo tempo). Vemos que novamente outras noções mais específicas são negligenciadas (e não definidas posteriormente) em troca das noções de *frame* e *variação de frame*.

Primeiramente, antes que os jornalistas possam escrever sobre esses protestos, eles precisam ter *modelos mentais* específicos sobre os protestos, que podem variar de acordo com suas ideologias profissionais subjacentes, bem como conforme suas ideologias sociais (ou as ideologias do jornal) sobre protestos. Além do mais, uma vez que escrevem para mídias jornalísticas, eles também precisam de *modelos de contextos* enquanto jornalistas que escrevem para jornais, e não como outros profissionais ou como pessoas leigas falando ou

escrevendo sobre os protestos, como por exemplo, os políticos franceses. Isso mais uma vez requer processos cognitivos envolvidos no entendimento e representação de tais discursos políticos pelos jornalistas. Compreender e representar o contexto sociopolítico dos protestos, inclusive suas causas, é uma representação mental muito diferente de uma ideologia mais fundamental. Assim, tudo o que é informalmente tomado como sendo variáveis explicando diferentes coberturas noticiosas requer um enquadre teórico muito mais detalhado, incluindo diferentes noções cognitivas (modelos de situação, modelos de contexto jornalísticos, conhecimento sociopolítico, ideologias e assim por diante), bem como conhecimento das práticas de produção de notícias. Apenas com esse enquadre teórico mais sofisticado seria possível dar conta das grandes variações em conteúdo, estrutura e estilo de diferentes notícias em diferentes países.

Frames globais

O que ocorre com as noções substituídas por *frames* obviamente também ocorre com aquelas subsumidas sob a noção de *frames globais* – outra noção popular nas pesquisas sobre o assunto, vagamente definida em termos de *frames* mais genéricos e mais abstratos. O exemplo clássico é o uso do enquadramento do Movimento por Direitos Civis nos EUA, que tem sido usado por outros movimentos, como o movimento feminista e o movimento gay (ver, por exemplo, SNOW & BENFORD, 1992).

Mais uma vez, precisamente como uma representação mais genérica e abstrata, aplicável em muitas situações sociais e políticas, um *frame* global deve ser uma atitude ou ideologia mais fundamental de grupos sociais (identidades) específicos, lutando contra sua opressão, marginalização ou problematização. Essas formas de cognição social podem ser descritas em termos de seus participantes (identidade, grupos minoritários, grupos dominantes ou o Estado, relações de dominação e exclusão), bem como valores (igualdade, etc.) e normas (tratamento igualitário), entre outros.

Analisando outros estudos de *frames* globais, podemos concluir como fizemos acima para todos os *frames*, que o conceito obscurece outros muitos conceitos, como demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2. Estudos de *frames* globais e das noções usadas como *frames*

Autor(es)	Ano	Tópico/Data/Movimento	Noções enquadradas (globais)
Gerhards & Rucht	1992	Campanhas de protesto em Berlim contra Reagan e o FMI	<i>ideologias</i> (imperialismo, hegemonia dos EUA)
Noonan	1995	Ditadura e movimento feminino no Chile	<i>ideologia</i> (feminismo), <i>objetivos</i> (retorno à democracia), <i>interesses</i> (do grupo de mães)
Swart	1995	Movimento separatista na Irlanda	<i>valor</i> político (autodeterminação)
Babb	1996	Histórica do Movimento dos Trabalhadores nos E.U.A.	<i>teorias científicas e paradigmas</i>
Carroll & Ratner	1996a	Funções anti-hegemônicas de MS canadenses	<i>objetivos</i> políticos de oposição
Carroll & Ratner	1996b	Definição de <i>networking</i> e sobreposição de membros ativistas de MS canadenses	<i>pontos de vista</i> comuns (atitudes, ideologias); <i>identidades</i>
Mooney & Hunt	1996	Mobilização agrária nos E.U.A.	<i>Ideologias</i>
Applerouth	1999	Debate da coalisão Cristã sobre currículo escolar em Nova Iorque	<i>Retórica</i>
Noakes	2000	Ameaça comunista em	<i>Ideologia</i> anticomunista; <i>ato de fala</i>

		Hollywood	de acusação no <i>discurso legal</i> ; <i>atitude</i> de “ameaça vermelha” em relação à subversão
Hull	2001	Direitos civis, atores não pertencentes à elite e debates sobre casamentos do mesmo sexo	<i>valores</i> sociais (tolerância, aceitação)
Stanbridge	2002	Movimento separatista nas ilhas de Alanda	<i>valor</i> político de autodeterminação
Pedriana	2006	Movimento feminista dos anos 1960	<i>símbolos e categorias de leis</i> referentes ao emprego igualitário
Hall & White	2008	Governança interna vs. critérios científicos em audiência do Congresso sobre políticas referentes ao salmão	valores, estruturas argumentativas
Karagiannis	2009	Pan-islamismo, direitos humanos e antiglobalização do movimento Hizballa	<i>ideologias, valores</i>
Markowitz	2009	Movimentos nacionalistas no Uzbequistão e Tadjiquistão	<i>Ideologias</i>
Daub	2010	Entrevistas de sindicalistas canadenses sobre mudanças climáticas	<i>valor</i> (justiça ambiental); <i>retórica</i> (anti-Quito).
Chakravarty & Chaudhuri	2012	Anti-caça-às-bruxas e movimentos de microcrédito	<i>objetivos</i> (de desenvolvimento feminino)
Sciubba	2014	Movimentos de idosos em diferentes países	<i>valores, objetivos</i>

Diferentemente de *frames* específicos e de ‘níveis inferiores’, que podem ser explicados em termos de modelos mentais de eventos específicos (como protestos), as noções subsumidas por *frames* globais aparentam ser mais abstratas e, em geral, devem ser definidas em termos de ideologias e seus valores, tais como ideologias anti-hegemônicas e valores como independência ou justiça ambiental. Já que noções cognitivas e discursivas de *frames* (globais) são frequentemente confundidas, não é de surpreender que algumas aplicações da noção de *frame* global estão sendo definidas em termos

de estruturas discursivas, como retórica ou teorias ou até mesmo paradigmas.

Frames e ideologias

Uma das noções sociocognitivas usadas ou encobertas em muitas das pesquisas sobre os MS é a de ideologia. Sem dúvida, uma hipótese teórica plausível é que frequentemente – se não sempre – as ações coletivas, assim como os discursos de movimentos sociais, baseiam-se em (ou até mesmo são controladas por) ideologias subjacentes mais abstratas. Contudo, tal análise ideológica dos MS ou de seus ‘*frames*’ requer uma teoria de ideologia, uma teoria amplamente desconhecida e, portanto, dificilmente aplicada na maior parte das pesquisas acerca dos MS.

Oliver & Johnston (2005) são dois entre os (poucos) autores que desafiam muito da teoria tradicional de *frames*. Uma de suas primeiras observações críticas é de que a noção de *frame* é frequentemente usada no lugar da noção clássica de ideologia. Os autores criticam as teorias de *frame* existentes por abandonarem a útil noção de ideologia e substituí-la pela noção de *frame*. Essa crítica é compatível com nossas conclusões quando examinamos muito da literatura sobre *frames* anteriormente, em especial a observação de que uma noção vaga de *frame* vem sendo usada, encobrindo, portanto, noções mais específicas e bem definidas.

Usando o exemplo de diferentes sistemas de crença ideológicos sobre o aborto (religioso, medical e feminista), os autores mostram que

chamá-los de *frames* diferentes não acrescenta nada à análise em termos de ideologias (OLIVER JOHNSTON, 2005, p. 187). Para Oliver & Johnston (2005), os *frames* possuem uma função diferente, a saber, como diferentes movimentos sociais, com ideologias diferentes, podem realizar um enquadramento [*frame*] sobre a questão do aborto em perspectivas diferentes, tais como estado-igreja, ou como o aborto foi enquadrado [*framed*] em termos de pró-vida ou pró-escolha – *frames* que definimos anteriormente como sendo diferentes *attitudes* diante de temas sociais.

Depois de uma revisão do desenvolvimento do conceito de *frame*, os autores definem *frames* primeiramente em termos de “estruturas cognitivas individuais que guiam a interpretação de experiências individuais” (OLIVER & JOHNSTON, 2005, p. 189). Em segundo lugar, *frames* podem ser generalizados como *frames*-ideais e compartilhados por outros indivíduos durante ações coletivas, fornecendo uma compreensão de orientações cognitivas compartilhadas. Finalmente, essas estruturas cognitivas devem ser distinguidas de processos ativos de *framing* (enquadramento) e *reframing* (reenquadramento) nas muitas formas de interação, de “fazer sentido” da vida cotidiana, como por exemplo, em conversas, ao persuadir, arguir, contestar, etc. (OLIVER & JOHNSTON, 2005, p. 190). Essas distinções, embora não especificadas por diferentes estruturas cognitivas, são consistentes com nosso próprio quadro teórico resumido acima.

Oliver & Johnston admitem que as noções de *frame* e processos de enquadramento [*framing*] são importantes para a pesquisa de MS, mas não oferecem uma descrição detalhada das estruturas cognitivas

ou processos envolvidos. Ao contrário, os estudiosos amplamente fazem comentários sobre ideologias como mais fundamentais, mais teóricas, como um sistema de ideias sociais construtivistas mais abrangentes – e como outros autores contemporâneos rejeitam o conceito tradicional pejorativo de ideologia (ver também VAN DIJK, 1998). Oliver & Johnston enfatizam a relevância das normas e valores como componentes de ideologias, além de uma mera representação fundamental ou ‘teoria’ sobre algum aspecto da vida social – ideologia como um resultado de um exercício intelectual.

As ideologias têm de ser aprendidas e não simplesmente ‘reverberam’ como os *frames*, e elas têm funções políticas mais fundamentais. Já que *frames* são tradicionalmente definidos como enquadramentos interpretativos de situações e ações sociais baseados em conhecimentos, eles estão relacionados às ideologias, mas têm funções diferentes, mais práticas e concretas, como parte da comunicação e interação diária, por exemplo: para ‘vender’ uma definição diferente de outra sobre uma situação, um *frame* competitivo. Isso também é válido para *frames* globais (como o de ‘direitos civis’), que são mais genéricos e abstratos, mas ainda diferentes de ideologias fundamentais.

Em seu comentário do artigo de Oliver & Johnston, os fundadores da teoria de *frames* em pesquisas de MS, Snow & Benford (2005), começam com um reconhecimento das várias formas em que a noção de *frames* tem sido (mal)entendida. Os autores também reconhecem que a relação entre *frames* e ideologias tem sido frequentemente ignorada, mas rejeitam a crítica de que eles têm defendido a ideia de

que a noção de ideologia deveria ser abandonada em favor da de *frame*. De fato, eles concordam que ideologias e *frames* são coisas diferentes, e enfatizam que, em lugar *frames* como crenças, a teoria focaliza o processo ativo interpretativo de enquadramento [*framing*] como parte das atividades de mobilização dos MS, trazendo, dessa forma, certo dinamismo “a uma conceptualização de ideologia bastante estática” (SNOW & BENFORD, 2005, p. 206).

Sua maior crítica do artigo de Oliver & Johnston é a rejeição da natureza cognitiva dos *frames* como representações mentais. Os pesquisadores reconhecem que *frames* são, em parte, cognitivos, mas

sua essência, sociologicamente, reside em interações sociais situadas, ou seja, nas discussões e debates interpretativos entre atores de movimentos sociais e nas disputas de enquadramento que ocorrem entre atores dos movimentos e outros dentro do campo de ação dos movimentos, como contra movimentos, adversários e até a mídia (SNOW & BENFORD, 2005, p. 207).

Reconhecemos aqui uma versão de um debate bem conhecido entre cognitivistas e interacionistas que também tem caracterizado vários direcionamentos de análises do discurso e da conversação e, de forma mais geral, as ciências sociais. Obviamente, novos *frames* podem ser concebidos na interação social geral e no discurso em particular, mas, de maneira mais frequente, os debates entre atores de movimentos sociais são expressões contextualmente variáveis ou implementações de *frames* que eles já ‘têm’ e, portanto, querem defender ou propagar, ou que oponentes querem desqualificar. Em outras palavras, debates entre MS usualmente pressupõem *frames* tanto

pelos protagonistas como pelos oponentes. Isso também permite uma distinção bastante útil entre opor-se a um *frame* (como uma representação mental de uma situação social), por um lado, e a forma como o *frame* de fato é formulado, defendido, arguido, etc., no discurso, ação e interação concretos.

É teoricamente crucial fazermos a distinção entre a cognição como sendo as várias formas de representações e processos mentais, por um lado, e como manifestações no discurso, ação e interação social, por outro. Sem *frames* como representações cognitivas, o enquadramento [*framing*] como forma de interação social não seria possível, seja como fonte ou objetivo de tal interação. Pode-se argumentar que as atividades dos MS, assim como os debates entre eles ou para mobilizar novos participantes, são mais sobre *frames* que eles já possuem do que sobre as formas contextualmente variáveis em que eles formulam tais *frames*.

Criticando a perspectiva cognitiva assumida por Oliver & Johnston, e citando Bakhtin, Snow e Benford retrucam que *frames* são “dialógicos”, não estando presentes *dentro* das pessoas mas *entre* pessoas (SNOW & BENFORD, 2005, p. 207). Que os *frames* enquanto socialmente e interacionalmente interpretados são compartilhados por membros de MS é algo óbvio, mas isso não quer dizer que eles não estejam, cognitivamente, *dentro* desses membros, mais ou menos como a língua é usada como forma de interação, mas pressupõe que os usuários saibam a (gramática, etc.) da língua. Desse modo, os *frames* não são (apenas) estáticos, porque sua construção e usos são ambos processos cognitivamente e socialmente dinâmicos, mas como

representações mentais ou discursivas, eles são ao mesmo tempo estruturas ‘estáticas’. Os autores reconhecem que o enquadramento [*framing*] envolve pensar e racionalizar, mas ignoram que esses processos mentais pressupõem representações mentais, tais como conhecimento, atitudes e ideologias. Uma teoria completa de *frames*, portanto, requer *não só* uma análise dessas representações e processos cognitivos, *como também* a análise social construcionista da ação, interação, discurso, debates e disputas, incluindo a aquisição ou propagação de novos *frames*.

Após criticar as alegadas deturpações de Oliver & Johnston sobre *frames* e enquadramento [*framing*] e criticar sua noção de ideologia, incorporando referências a diferentes teorias anteriores, os autores propõem seu próprio conceito de ideologia como um “recurso cultural para atividade de enquadramento” (BENFORD & SNOW, 2005, p. 209). Processos de enquadramento, dizem eles, frequentemente envolvem a acentuação e amplificação de elementos de crenças e valores existentes de ideologias existentes.

Sem dúvida os *frames* e o enquadramento dos MS são baseados em ideologias existentes. Mas é estranho falar de um recurso *cultural*, como se as ideologias fossem compartilhadas por comunidades culturais inteiras, no lugar de grupos (ideológicos) dentro dessas comunidades. Feminismo, (antir)racismo, socialismo, neoliberalismo, nacionalismo ou militarismo, dentre muitas outras ideologias, são recursos precisamente *não* culturais de uma comunidade, mas sim desenvolvidos por diferentes grupos sociais, por exemplo, para definir

sua identidade, relações com outros grupos e para defender seus interesses (VAN DIJK, 1998).

Snow & Benford também consideram os *frames* como estando envolvidos em “trabalhos ideológicos reparadores”, por exemplo, quando as ideologias não estão em sintonia com as experiências sociais de seus membros, mas não oferecem uma explicação teórica de como esses “trabalhos reparadores” acontecem, cognitivamente ou discursivamente. O que está em jogo aqui são os usos contextualmente variáveis e as mudanças (geralmente lentas) ideológicas na construção de representações de situações sociais e no engajamento no discurso e outras interações sociais baseadas nessas situações cambiantes. O que é necessário, então, é: (i) formular os conteúdos e estruturas precisas de uma ideologia, (ii) descrever a estrutura de uma situação social, (iii) descrever a representação mental dessa situação social, (iv) formular os processos cognitivos relacionando essa representação de situação (um modelo mental) com uma ideologia existente, e (v) a representação dessa ideologia (modificada).

Além do mais, as ideologias são amplamente compartilhadas em um grupo social e se desenvolvem e mudam muito lentamente. O que muda não são os conteúdos fundamentais de uma ideologia, mas as aplicações mais específicas de uma ideologia em alguma situação ou questão social: as atitudes. Assim, as feministas podem variar ou mudar de atitudes, por exemplo, em relação ao aborto, às cotas, ou a outras atitudes socialmente compartilhadas, sem mudar sua ideologia de base.

Finalmente, os autores enfatizam que uma das principais diferenças entre *frames* e ideologias é que o enquadramento [*framing*] é

empiricamente observável, “porque não são puramente mentais”, mas ancorados na interação social. Essa afirmação também é confusa, já que a própria noção de *frames* e de enquadramento, desde Goffman, foi tradicionalmente definida em termos de *interpretação*, *fazer sentido*, etc. Se de alguma forma empiricamente “observável”, seria o caso das atividades, discursos, debates, etc. de MS e seus membros. Mas como eles formam ou usam interpretações/*frames*, assim como todo processo de construção de sentido, é precisamente (não empiricamente) observável, mas deduzido por observadores e analistas a partir do discurso e da interação observáveis. Nesse sentido, *frames* e ideologias são especificamente não diferenciados, já que os membros de grupos ideológicos podem se engajar da mesma forma “empírica” em atividades e discursos ideológicos.

Se as noções de *frame* e enquadramento são de alguma forma teórica e analiticamente úteis, elas deveriam ser diferenciadas de ideologias, em termos que tanto Oliver & Johnston quanto Snow e Benford deixam justamente de elaborar, isto é, em termos de: (i) estruturas e conteúdos distintos como representações mentais, (ii) sua base sociológica (por quem eles são compartilhados – por exemplo, por MS de um lado e grupos ideológicos maiores por outro), (iii) as formas como são adquiridos, aprendidos, compartilhados e utilizados, e (iv) os modos como são cognitivamente relacionados e (v) as maneiras como são utilizados no discurso e na interação social. Todos os quatro autores concordam que *frames* e ideologias são diferentes, mas nenhum deles explicita essas diferenças em uma teoria detalhada de *frames* ou ideologias (ver VAN DIJK, 1998, para detalhes sobre uma teoria

multidisciplinar de ideologia). Infelizmente, teorias sobre *frames* e enquadramento não contribuem para uma teoria mais explícita de ideologia, para além de asserções bastante vagas sobre suas diferenças.

Snow (2004) também lida com essas relações entre *frames* e ideologias, depois de uma breve revisão histórica da noção de ideologia desde Destutt de Tracy no final do século 18. Como é o caso no artigo com Benford resenhado anteriormente, Snow enfatiza a natureza dinâmica do enquadramento [*framing*]: “em contraste à visão tradicional de movimentos sociais como portadores de ideias e crenças pré-configuradas e existentes, a perspectiva do enquadramento vê movimentos como agentes significantes envolvidos na produção e manutenção de sentidos para protagonistas, antagonistas e espectadores” (SNOW, 2004, p. 384).

O trabalho com enquadramento, Snow recorda, se concentra: (i) na arquitetura conceitual da ação coletiva do enquadramento, tarefas centrais do enquadramento (por exemplo, diagnóstico, prognóstico e enquadramento motivacional), reverberação de *frames* (por exemplo, de credibilidade), componentes de *frames* de ação coletivos (por exemplo, injustiça, identidade) e *frames* globais; (ii) na pesquisa empírica da utilidade de *frames* para entender MS; (iii) nas relações entre *frames* e outros aspectos de MS, tais como oportunidades políticas, mídia, ideologia, narrativa e campos discursivos; (iv) em questões metodológicas e (v) na avaliação crítica da perspectiva do enquadramento.

Snow observa que, desde os anos 1990, as pesquisas sobre os MS têm reintroduzido a noção de ideologia, mas sem análises mais

profundas, apenas afirmando que as atividades de movimentos sociais são ideologicamente motivadas. O autor critica esses trabalhos ao dizer, assim como em seu artigo com Benford, que, ao contrário do senso comum, ideologias não são conjuntos estáveis e coerentes de crenças adotados por todos os membros e que todo processo de enquadramento é ideologicamente orientado (SNOW, 2004, p. 397). Snow recomenda, portanto, um conceito de ideologia como um fenômeno variável, relacionado a normas e valores mais ou menos rígidos, e que nem todo *frame* de ação coletiva é ideologicamente orientado. Ou melhor, Snow recomenda atentar “de perto aos processos discursivos através dos quais ideologias são utilizadas, modificadas, desafiadas e até geradas” (SNOW, 2004, p. 400). O estudioso conclui:

Atender a essas diretivas requer consideração dos processos discursivos de articulação e elaboração de *frames*, e dos sobrepostos conceitos de campos discursivos e oportunidades. A articulação de *frames* envolve a conexão e coordenação de eventos, experiências e traços de uma ou mais ideologias para que eles se mantenham coesos de maneira relativamente integrada e significativa. Trata-se de um tipo de mecanismo coletivo de embalagem que une e agrupa partes de “realidade” observada, experimentada e/ou gravada. A elaboração de *frames* refere-se ao processo em que alguns eventos, questões e crenças ou ideias são acentuados e destacados em contraste com outros, para que se tornem mais salientes dentre uma matriz ou hierarquia de questões relevantes para o grupo, talvez vindo a funcionar como símbolos ou mecanismos de coordenação (SNOW, 2004, p. 400)

[...]

Esses exemplos agrupam empiricamente o argumento que enquanto *frames* de ação coletiva estão relacionados a ideologias existentes, eles provavelmente são raramente determinados por – ou isomórficos a – elas (Snow e Benford, 2000). Alternativamente, eles frequentemente, e talvez mais tipicamente, parecem constituir articulações e elaborações inovadoras de ideologias existentes ou de conjuntos de

crenças e ideias, e assim funcionam como extensões de ou antídotos a elas (SNOW, 2004, p. 401).

Desse modo, esse resumo bastante geral das relações entre *frames* e ideologias não está equivocado, mas o problema é que nem a noção de *frame* nem a de ideologia são explicitadas, de modo que sua relação permanece bastante vaga. A noção mais próxima à de *frame* sem dúvida é a de atitude social, e atitudes sociais são geralmente desenvolvidas ao usar-se uma ou mais ideologias mais amplas e fundamentais (ou ideologias podem ser derivadas de conjuntos de atitudes). Assim, a maioria das atitudes específicas do movimento feminista é baseada em princípios mais gerais que organizam a ideologia feminista, possivelmente combinados com usos de uma ideologia socialista (por exemplo, atitudes sobre igualdade de remuneração), ambas compartilhando o valor da igualdade. O que é preciso, portanto, é especificar cada uma dessas atitudes e mostrar como sua organização e conteúdos fundamentam estruturas ideológicas mais gerais, como as de identidade e relações de grupo, normas e valores de ação globais, bem como recursos bastante gerais.

Dada a extensa pesquisa empírica sobre movimentos sociais, a sociologia seria capaz em tais casos de prover os detalhes dessas atitudes sociais latentes – tal como expressadas em discursos e outras atividades dos MS através dos modelos mentais de seus membros, e com essas estruturas atitudinais mais detalhadas, uma extrapolação adicional pode ser feita sobre ideologias mais fundamentais. De fato, os ‘ideólogos’ de MS frequentemente fazem isso explicitamente no discurso ideológico de diversos gêneros discursivos. No lugar de noções

vagas tais como *frames*, portanto, obtemos uma compreensão mais específica e detalhada de atitudes sociais, por um lado, e suas ideologias subjacentes por outro.

Framing e Conhecimento

Em nosso quadro teórico anterior, enfatizamos que a base de toda cognição pessoal e social é nosso sistema de conhecimentos. Não somos capazes de entender nosso ambiente nem as ações e discursos nossos ou de outras pessoas sem aplicar e desenvolver esse conhecimento. Com base nos trabalhos existentes nas ciências cognitivas, as pesquisas sobre os MS deveriam, portanto, também explicitar como o conhecimento de atores sociais desempenha um papel em suas ações e discursos pessoais e coletivos.

Vimos que pelo menos a noção sociocognitiva de ideologia tem sido tratada em algumas pesquisas sobre os MS. Infelizmente, isso não é o que ocorre com relação ao conhecimento mais fundamental compartilhado social ou culturalmente, ou como esse conhecimento pode ser adquirido e mudado ao se participar de ações coletivas de movimentos sociais.

Uma revisão geral de 129 artigos sobre *frames* revela que 92 desses artigos mencionam brevemente o conceito de conhecimento, mas apenas 12 deles usam o termo mais de dez vezes e, portanto, devem estar lidando com conhecimento como um tópico.

Por exemplo, o artigo de Strickel (2004), que usa a noção de conhecimento 47 vezes, lida com a construção de uma interdisciplina

de “toxicologia genética”, definida como um “campo híbrido de conhecimento” e seus limites organizacionais, epistemológicos e políticos (STRICKEL, 2004, p. 13). Mas o autor reconhece que esses processos não são bem compreendidos. No lugar de se concentrar em uma análise epistêmica detalhada do conhecimento envolvido nessa interdisciplina, bem como das estruturas discursivas, Strickel recorre à noção bastante vaga de *frame* de ação coletiva para examinar palestras públicas, testemunhos de especialistas, artigos e editoriais. Já que o pesquisador se refere a estudos sociológicos sobre conhecimento e comunidades de conhecimento, em princípio, ele teria à disposição mais instrumentos para se engajar em uma análise epistêmica do que usar noções vagas, tais como *frame*.

Em outro estudo sobre conhecimento, Hall & White (2008) tratam do que os autores chamam de dois ‘*frames*’, quais sejam: o conhecimento científico sobre pescaria de salmão, por um lado, e o discurso de controle local, por outro, para definir um problema – a recuperação do salmão no Pacífico do noroeste norte-americano. O processo de enquadramento [*framing*] para os estudiosos é a maneira como esses *discursos* de um debate são organizados, mas não como diferentes estruturas e conteúdo de conhecimento se confrontam através desses discursos. O que conta como conhecimento, portanto, não é definido por *frames*, como Hall & White sugerem, mas pelas condições sociológicas de produção de conhecimento, tais como *expertise*, por um lado, e estruturas discursivas como argumentação por outro. O que seria necessário nesse estudo – que não deixa de ser interessante – é tanto uma análise epistêmica suplementar sobre esses

dois diferentes tipos de conhecimento, quanto uma investigação sobre o modo como esse conhecimento influencia a estrutura argumentativa ou outros aspectos persuasivos do discurso dos participantes nesse conflito.

Vicari (2014) em seu estudo da política dos *blogs* em Cuba é uma dentre os poucos estudiosos sobre os MS que traz elaborações sobre diferentes tipos (pessoal, de grupo, etc.) de conhecimento (como proposto em VAN DIJK, 2002) com o intuito de dar conta do conhecimento político e discurso político.

Finalmente, Oliver & Johnston (2000), em seu artigo sobre ideologia resenhado anteriormente, também lidam brevemente com conhecimento cultural e sua relação com interações sociais e a compreensão do discurso, mas não desenvolvem uma discussão sobre as estruturas desse conhecimento. A maioria dos outros artigos sobre enquadramento [*framing*] usa a noção de conhecimento mais para se referir a nosso conhecimento atual sobre os *frames* e os movimentos sociais, e não como noções teóricas ou objetos de estudo em si.

Alguns livros sobre conhecimento e movimentos sociais

Além de poucos artigos sobre movimentos sociais e conhecimento, também há alguns livros a respeito da produção de conhecimento (dissidente) em movimentos sociais, tais como Choudry & Kapoor (2010), Conway (2006), Hosseini (2010), Maddison & Scalmer (2010) – especificamente, todos datam da última década, o que mostra que o tema é relativamente novo.

Assim, os artigos reunidos em Choudry & Kapoor (2010) exploram, por exemplo, o conhecimento sobre política em redes antiglobalização, o papel da *expertise* na sociedade civil, o conhecimento ativista e as experiências de um movimento antiapartheid canadense, de antiprivatização na Colômbia e de educação para trabalhadores. Como uma sociologia do conhecimento, esses estudos são relevantes e interessantes, mas não são nem especificamente relacionados ao tema sobre *frames* deste artigo, nem oferecem avanços teóricos ou metodológicos em relação à análise de estruturas do conhecimento e como elas influenciam movimentos sociais.

Mais concentrado na produção de conhecimento como resistência em um movimento social, Conway (2006) analisa uma coalisão de movimentos em Toronto contra o governo conservador, organizando formas de educação local, estudada em um enquadre etnográfico. Contudo, a autora não desenvolve uma análise mais (teoricamente) detalhada desse conhecimento e o papel que ele exerce em atividades políticas e de resistência.

O trabalho de Hosseini (2010) sobre conhecimento em movimentos sociais também não está diretamente relacionado a uma descrição mais social e construcionista de *frames*, e também examina o movimento antiglobalização (justiça social) e o desenvolvimento de ideias sobre ‘globalizações alternativas’ e suas respectivas identidades, e a solidariedade como forma de conhecimento ativista. Além disso, esse estudo é mais sociológico e político e não considera uma análise epistêmica detalhada como objeto de pesquisa nem como um

componente de nosso entendimento sobre movimentos sociais e o ‘*enquadre*’ da realidade social. Como em quase todos os estudos da sociologia do conhecimento, quase nenhuma referência é feita às dimensões sociocognitivas de movimentos sociais como abordado em nosso artigo.

Finalmente, também Maddison & Scalmer (2006) se voltam ao conhecimento (‘sabedoria’) ativista como algo adquirido através de marchas pela paz, demonstrações de protesto e campanhas, baseando-se nas experiências de integrantes de movimentos sociais na Austrália. Apesar de não abordar teoricamente as estruturas de conhecimento e a sua influência em ações coletivas, esse estudo mais etnográfico é capaz de relacionar modelos mentais de experiências pessoais com conhecimento político compartilhado por atores sociais, bem como seus discursos.

Infelizmente, nenhum desses estudos (sociológicos e políticos) estabelece uma relação entre a discussão sobre conhecimento com qualquer compreensão das ciências cognitivas acerca das estruturas epistêmicas e de como elas controlam a ação social e política. Todavia, eles contêm dados úteis à busca de mais teoria, como é o caso da maior parte dos estudos sobre *frames* revisados nesse trabalho.

Conclusões

A nossa revisão de alguns estudos acerca das pesquisas sobre os MS evidenciou, antes de tudo, que raramente a noção de *frame* é descrita de forma mais específica, normalmente se limitando à vaga

noção de ‘enquadramento de interpretação’ definindo situações e ações sociais. Estudos empíricos demonstram que, quando a noção de ‘*frame*’ é utilizada, o que ocorre na realidade é que uma grande variedade de outros elementos cognitivos está sendo estudada, tais como modelos mentais, atitudes, ideologias, objetivos e valores. Em vez de desenvolver essas noções ou utilizar teorias existentes sobre elas, o uso do termo genérico *frame* torna, na verdade, o estudo empírico menos específico e mais vago. Isso vale tanto para *frames* quanto, a fortiori, para *frames* globais, bem como para todas as operações sobre *frames*, tais como o alinhamento de *frames* (ponte, extensão, transformação), ou à ressonância entre os ‘*frames*’ das pessoas e os dos movimentos sociais.

Mais especificamente, o que deveria ser uma das noções mais relevantes em pesquisas sobre os MS, isto é, a noção de ideologia, pode ocasionalmente até ser utilizada nessas pesquisas, mas apenas alguns acadêmicos desenvolvem de fato uma teorização mais detalhada acerca desse conceito.

Finalmente, toda ação coletiva, assim como os modelos mentais, atitudes e ideologias em que ela se encontra baseada, requer uma discussão sobre o conhecimento dos membros sociais. Pouquíssimos estudos sobre os *frames* em MS lidam com essa condição fundamental de todo movimento, ação e organização social. Se há uma tarefa cognitiva urgente para as pesquisas sobre MS, é a de tornar explícitas essas estruturas epistêmicas e entender como elas controlam a formação de modelos mentais, bem como as formas como são expressas na ação e no discurso

Referências

- ABRAMS, D.; HOGG, M. A. (Eds.). **Social identity and social cognition**. Malden: Blackwell, 1999.
- APPELROUTH, S. A. Shifting Frames and Rhetorics: A Case-Study of the Christian-Coalition-of-New-York. **Social Science Journal**, v. 36, n. 2, p. 329-339, 1999.
- BABB, S. A True American System of Finance: Frame Resonance in the US Labor-Movement, 1866 to 1886. **American Sociological Review**, v. 61, n. 6, p. 1033-1052, 1996.
- BADDELEY, A. D. **Working memory**. Oxford Oxfordshire; New York: Clarendon Press; Oxford University Press, 1986.
- BECHTEL, W.; GRAHAM, G. **A compendium to cognitive science**. Oxford: Blackwell, 1999.
- BENFORD, R. D. Frame Disputes Within the Nuclear Disarmament Movement. **Social Forces**, v. 71, n. 3, p. 677-701, 1993.
- BERBRIER, M. Half the Battle: Cultural Resonance, Framing Processes, and Ethnic Affectations in Contemporary White Separatist Rhetoric. **Social Problems**, v. 45, n. 4, p. 431-450, 1998.
- CARROLL, W. K.; RATNER, R. S. Master Frames and Counter-Hegemony: Political Sensibilities in Contemporary Social-Movements. **Canadian Review of Sociology and Anthropology-Revue Canadienne de Sociologie et D Anthropologie**, v. 33, n. 4, p. 407-435, 1996a.
- CARROLL, W. K.; RATNER, R. S. Master Framing and Cross-Movement Networking in Contemporary Social-Movements. **Sociological Quarterly**, v. 37, n. 4, p. 601-625, 1996b.
- CHAKRAVARTY, A.; CHAUDHURI, S. Strategic Framing Work(s): how Microcredit Loans Facilitate Anti-Witch-Hunt Movements. **Mobilization**, v. 17, n. 2, p. 175-194, 2012.
- CHOUdry, A. A.; KAPOOR, D. (Eds.). **Learning from the ground up**. Global perspectives on social movements and knowledge production. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- COLEY, J. Narrative and Frame Alignment in Social Movements: Labor Problem Novels and the 1929 Gastonia Strike. **Social Movement Studies**, v. 14, n. 1, p. 58-74, 2015.
- CONWAY, J. M. **Praxis and politics**. Knowledge production in social movements. New York: Routledge, 2006.

CORNFIELD, D. B.; FLETCHER, B. Institutional Constraints on Social-Movement Frame Extension: Shifts in the Legislative Agenda of the American-Federation-of-Labor, 1881-1955. **Social Forces**, v. 76, n. 4, p. 1305-1321, 1998.

DAUB, S. J. Negotiating Sustainability: Climate Change Framing in the Communications, Energy and Paperworkers Union. **Symbolic Interaction**, v. 33, n. 1, p. 115-140, 2010.

EAGLY, A. H., & CHAIKEN, S. **The psychology of attitudes**. Fort Worth: Harcourt Brace Jovanovich, 1993.

EYERMAN, R.; JAMISON, A. **Social movements**. A cognitive approach. University Park: Pennsylvania State University Press, 1991.

GERHARDS, J.; RUCHT, D. Mesomobilization - Organizing and Framing in 2 Protest Campaigns in West-Germany. **American Journal of Sociology**, v. 98, n. 3, p. 555-595, 1992.

GOFFMAN, E. **Frame analysis**. An essay on the organization of experience. New York: Harper & Row, 1974.

HALL, T. E.; WHITE, D. D. Representing recovery: Science and local control in the framing of US Pacific Northwest salmon policy. **Human Ecology Review**, v. 15, n. 1, p. 32-45, 2008.

HOSSEINI, S. A. H. **Alternative globalizations**. An integrative approach to studying dissident knowledge in the global justice movement. London New York: Routledge, 2010.

HULL, K. The political limits of the rights frame: the case of same-sex marriage in Hawaii. **Sociological Perspectives**, v. 44, n. 2, p. 207-232, 2001.

JOHNSON-LAIRD, P. N. **Mental models**. Towards a cognitive science of language, inference, and consciousness. Cambridge: Harvard University Press, 1983.

KARAGIANNIS, E. Hizballah as a Social Movement Organization: a Framing Approach. **Mediterranean Politics**, v. 14, n. 3, p. 365-383, 2009.

KETELAARS, P.; WALGRAVE, S.; WOUTERS, R. Degrees of frame alignment: Comparing organisers' and participants' frames in 29 demonstrations in three countries. **International Sociology**, v. 29, n. 6, p. 504-524, 2014.

KLANDERMANS, B.; ROGGE BAND, C. (Eds.). **Handbook of social movements across disciplines**. New York: Springer, 2007.

MARICHAL, J. Frame evolution: A new approach to understanding changes in diversity reforms at public universities in the United States. **Social Science Journal**, v. 46, n. 1, p. 171-191, 2009.

MARKOWITZ, L. How master frames mislead: the division and eclipse of nationalist movements in Uzbekistan and Tajikistan. **Ethnic and Racial Studies**, v. 32, n. 4, p. 716-738, 2009.

MOONEY, P. H.; HUNT, S. A. A Repertoire of Interpretations: Master Frames and Ideological Continuity in Us Agrarian Mobilization. **Sociological Quarterly**, v. 37, n. 1, p. 177-197, 1996.

NEISSER, U.; FIVUSH, R. (Eds.). **The remembering self**. Construction and accuracy in the self-narrative. Cambridge New York: Cambridge University Press, 1994.

NOAKES, J. Official frames in social movement theory: the Fbi, Huac, and the communist threat in Hollywood. **Sociological Quarterly**, 41(4), 657-680, 2000.

NOONAN, R. K. Women Against the State: Political Opportunities and Collective Action Frames in Chiles Transition to Democracy. **Sociological Forum**, v. 10, n. 1, p. 81-111, 1995.

OLIVER, P. E.; JOHNSTON, H. What a Good Idea! Ideologies and Frames in Social Movement Research. In: JOHNSTON, H.; NOAKES, J. A. (Eds.). **Frames of Protest**. Social Movements and the Framing Perspective. Lanham: Rowman & Littlefield, 2005. p. 185-204.

PEDRIANA, N. From protective to equal treatment: Legal framing processes and transformation of the women's movement in the 1960s. **American Journal of Sociology**, v. 111, n. 6, p. 1718-1761, 2006.

RAVISHANKAR, M. The realignment of offshoring frame disputes (Ofd): an ethnographic 'cultural' analysis. **European Journal of Information Systems**, v. 24, n. 3, p. 234-246, 2015.

SCIUBBA, J. Framing and Power in Aging Advocacy. **Social Movement Studies**, v. 13, n. 4, p. 465-481, 2014.

SNOW, D. A. Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. (Eds.). **The Blackwell Companion to Social Movements**. Oxford: Blackwell, 2004. p. 380-412.

SNOW, D. A.; BENFORD, R. D. Master frames and cycles of protest. In: MORRIS, A. D.; MUELLER, C. M. (Eds.). **Frontiers in Social Movement Theory**. New Haven: Yale University Press, , CT, 1992. p. 133-155.

SNOW, D. A.; BENFORD, R. D. Clarifying the Relation between Framing and Ideology. In: JOHNSTON, H.; NOAKES, J. A. (Eds.). **Frames of Protest: Social Movements and the Framing Perspective**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2005. p. 205-212.

SNOW, D. A.; Vliegenthart, R.; CORRIGALL-BROWN, C. Framing the French riots: A comparative study of frame variation. **Social Forces**, v. 86, n. 2, p. 385-415, 2007.

SNOW, D. A. et al. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, v. 51, n. 4, p. 464-481, 1986.

STANBRIDGE, K. Master Frames, Political Opportunities, and Self-Determination: The Aland Islands in the Post-Wwi Period. **Sociological Quarterly**, v. 43, n. 4, p. 527-552, 2002.

Teun A. van Dijk (Tradução: Leonardo Mozdzenski, Adriano Dias de Andrade e Laura Jorge Nogueira Cavalcanti)

STRICKEL, S. Building an Interdiscipline: Collective Action Framing and the Rise of Genetic Toxicology. **Social Problems**, v. 51, n. 2, p. 269-287, 2004.

SWART, W. J. The League of Nations and the Irish Question: Master Frames, Cycles of Protest, and Master Frame Alignment. **Sociological Quarterly**, v. 36, n. 3, p. 465-481, 1995.

TULVING, E. **Elements of episodic memory**. Oxford Oxfordshire; New York: Clarendon Press; Oxford University Press, 1983.

VAN DIJK, T. A. **Ideology: A multidisciplinary approach**. London,: Sage Publications, 1998.

VAN DIJK, T. A. Political discourse and political cognition. In: CHILTON P. A.; SCHÄFFNER, C. (Eds.). **Politics as Text and Talk**. Analytical approaches to political discourse. Amsterdam: Benjamins, 2002. p. 204-236.

VAN DIJK, T. A. **Discourse and context**. A sociocognitive approach. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2008.

VAN DIJK, T. A. **Society and discourse**. How social contexts influence text and talk. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2009.

VAN DIJK, T. A. **Discourse and knowledge**. A sociocognitive approach. New York: Cambridge University Press, 2014.

VAN DIJK, T. A. **Analyzing Frame Analysis** (submitted), 2017a.

VAN DIJK, T. A. **Social Movements, Frames and Discours** (submitted), 2017b.

VAN DIJK, T. A.; KINTSCH, W. **Strategies of discourse comprehension**. New York; Toronto: Academic Press, 1983.

VICARI, S. Blogging politics in Cuba: the framing of political discourse in the Cuban blogosphere. **Media Culture & Society**, v. 36, n. 7, p. 998-1015, 2014.

Recebido em 22/12/2017.

Aprovado em 22/12/2017.